

Campinas confirma um caso de Mpox em 2026; RMC soma três

Dado divulgado pelo Ministério da Saúde foi confirmado pelo Estado e pela Prefeitura

Por Moara Semeghini

Campinas confirmou um caso de Mpox em 2026, segundo do Ministério da Saúde, confirmados pela Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo (SES-SP) divulgados nesta quarta-feira (25). A Prefeitura confirmou o dado à reportagem e informou que assim que tiver atualizações, será divulgado.

Além de Campinas, também há um caso confirmado em Paulínia, Sumaré e Hortolândia, totalizando quatro registros na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

No estado de São Paulo, a SES-SP contabiliza 50 casos desde janeiro. A capital paulista concentra o maior número de ocorrências, com 31 casos. Ribeirão Preto e Mogi das Cruzes têm dois casos cada. Também registram um caso Sorocaba, Várzea Paulista, Araraquara, Osasco, Cotia, Jandira, Serrana, Arujá, Santos,

Guarulhos e Pradópolis.

Em âmbito nacional, o Brasil soma 88 casos confirmados de Mpox em 2026, segundo o Ministério da Saúde. A maioria dos quadros é considerada leve a moderada e não há óbitos neste ano. Em 2025, o país registrou 1.079 casos e duas mortes. Somente em janeiro do ano passado foram 79 casos e, em fevereiro, 47, totalizando 126 nos dois primeiros meses.

O que é Mpox

A Mpox é causada pelo vírus Monkeypox e é transmitida por contato próximo com lesões na pele, fluidos corporais, sangue ou mucosas de pessoas infectadas.

O sintoma mais comum é a erupção cutânea semelhante a bolhas ou feridas, que pode durar de duas a quatro semanas. O quadro também pode incluir febre, dor de cabeça, dores musculares, dores nas costas, apatia e gânglios inchados.



Campinas registra um caso confirmado de Mpox em 2026, segundo o Ministério da Saúde

As lesões podem afetar o rosto, as palmas das mãos, as solas dos pés, a virilha, as regiões genitais e/ou anal.

O período de incubação, intervalo entre a infecção e o início dos sintomas, varia de três a 16 dias, podendo chegar a 21 dias.

Transmissão

O vírus se espalha principalmente por contato próximo com pessoa infectada, incluindo: contato pele com pele, como toque ou relação sexual vaginal ou anal;

contato boca com boca; contato boca com pele, como no sexo oral; proximidade respiratória (gotículas ou aerossóis de curto alcance); compartilhamento de objetos contaminados, como toalhas, roupas e lençóis.

Orientação

Ao notar sintomas, é necessário procurar uma unidade de saúde para realização de exame laboratorial, única forma de con-

firmação da doença.

O diagnóstico diferencial deve considerar doenças como varicela zoster, herpes zoster, herpes simples, infecções bacterianas da pele, infecção gonocócica disseminada, sífilis primária ou secundária, cancroide, linfogranuloma venéreo, granuloma inguinal, molusco contagioso, reações alérgicas e outras causas de erupções cutâneas.

O Ministério da Saúde orienta que pessoas com suspeita ou confirmação cumpram isolamento imediato e não compartilhem objetos de uso pessoal, como toalhas, roupas, lençóis, escovas de dente e talheres, até o fim do período de transmissão.

Também é recomendado lavar as mãos com água e sabão ou utilizar álcool em gel com frequência.

Tratamento e riscos

O tratamento consiste no alívio dos sintomas, prevenção

e manejo de complicações. A maioria dos casos apresenta evolução leve a moderada. Não há medicamento aprovado especificamente para Mpox.

Embora, na maioria das vezes, os sintomas desapareçam espontaneamente em poucas semanas, o vírus pode causar complicações graves, especialmente em recém-nascidos, crianças e pessoas com imunodepressão.

Entre as possíveis complicações estão infecções bacterianas secundárias, infecções pulmonares ou sanguíneas, encefalite, miocardite, pneumonia e problemas oculares. Casos graves podem exigir internação, cuidados intensivos e uso de antivirais.

Dados disponíveis no Ministério da Saúde indicam que entre 0,1% e 10% das pessoas infectadas podem morrer, variando conforme condições de saúde e acesso ao atendimento.

Com informações da Agência Brasil

Vereadora denuncia materiais parados na Educação; Prefeitura nega desperdício

Por Moara Semeghini

A vereadora Guida Calixto (PT) denunciou suposto acúmulo e possível desperdício de materiais no setor de Almoxarifado e Desfazimento da Secretaria Municipal de Educação de Campinas. Segundo a parlamentar, durante vistoria ao local foram encontrados “pilhas e pilhas” de itens comprados com recursos públicos e que não estariam sendo utilizados na rede municipal.

Entre os materiais citados estão livros, inclusive exemplares em Braille, uniformes, ventiladores, carteiras, cadeiras, lixeiras, monitores, Chromebooks e notebooks. Parte dos itens, de acordo com ela, estaria no setor de desfazimento.

“Isso tudo foi comprado com

dinheiro público e está sem utilização nenhuma”, afirmou a vereadora nas redes sociais. Guida disse ainda que protocolou requerimentos solicitando cópia integral de contratos, especialmente os relacionados à compra de mobiliário para os 16 Espaços do Amanhã, além de documentação que comprove a entrega e destinação dos itens.

A parlamentar questiona o planejamento das aquisições e afirma que continuará fiscalizando o caso.

Prefeitura rebate

Em nota, a Secretaria de Educação informou que “não procede a denúncia sobre suposto desperdício de recursos públicos”.

Segundo a pasta, o planejamento para o ano letivo de 2026



Guida Calixto denunciou suposto desperdício de materiais

prevê uma reserva estratégica de uniformes e kits escolares para atender trocas por mudança de tamanho, novas matrículas e abertura de turmas. As carteiras e ventiladores armazenados tam-

bém fariam parte de estoque de reposição para eventual substituição ao longo do ano.

Sobre os computadores no setor de desfazimento, a Secretaria explicou que foram substituídos

por equipamentos novos devido à desatualização ou à inviabilidade técnica e financeira de reparo. O descarte, segundo a administração, seguirá as normas adequadas. A Prefeitura informou ainda que, nos últimos dois anos, investiu R\$ 210 milhões na construção de 16 creches do programa Espaço do Amanhã e na reforma de 36 unidades, com o objetivo de ampliar vagas e modernizar a estrutura da rede municipal, que atende cerca de 60 mil alunos.

Recursos

Os recursos utilizados na compra de materiais para a rede de educação podem ter origens em verbas do orçamento municipal e repasses do Fundeb, principal fundo de financiamento da educação básica pública no País.